

REVISITANDO I DIALOGUS V, CAPÍTULOS 14-22

Revisiting Dialogus V, chapters 14-22

José Antônio de C. R. de Souza
U. Federal de Goiás, Goiânia (Brasil)
Instituto de Filosofia do FLUP, Oporto (Portugal)

RESUMO

Nosso objetivo no presente artigo, dando continuidade a um outro, é analisar o teor de *I Dialogus V*, 14-22 e, como apêndice, apresentar nossa tradução desse excerto. Nesses capítulos, o *Inceptor Venerabilis* discute se São Pedro e a Igreja Romana possuem ou não o primado, respetivamente, sobre os demais apóstolos e sobre as outras igrejas particulares. E, ainda, se esse primado lhes foi concedido pelo próprio Deus ou por outrem. De um lado, não *ad litteram*, Ockham apresenta a opinião dos que refutam a concessão por Cristo do primado, tanto a Pedro, quanto à Igreja Romana. A seguir, porque essa tese propõe um completo esvaziamento do poder pontifício, ele propõe a tese contrária, a qual, se fundamenta em cinco provas. Por último, sustentamos que o oponente inominado de Ockham é Marsílio de Pádua, cujas sobreditas opiniões se encontram no *Defensor da Paz*.

Palavras-chave: Guilherme de Ockham. *I Dialogus*, V, 14-22, Primado de Pedro e da Igreja Romana, Marsílio de Pádua, *Defensor da Paz*.

ABSTRACT

This paper, which gives continuity to another article, analyzes the content of *I Dialogus V*, 14-22 and, in an appendix, presents our Portuguese translation of this excerpt. In these chapters, the *Inceptor Venerabilis* discusses whether St. Peter and the Roman Church possess primacy over all other apostles and churches; and whether this primacy is granted by God himself. Ockham first presents, not *ad litteram*, the opinion of those who refute the thesis that Christ did not give primacy to Peter and the Roman Church. Then, because this thesis fully deflates papal power, he proposes a contrary thesis based on five proofs. We conclude that Ockham's unnamed opponent is Marsilius of Padua, whose opinions are in his *Defensor Pacis*.

Keywords: William of Ockham. *I Dialogus*, V, 14-22, Peter's and Roman Church's Primacy. Marsilius of Padua, *Defensor pacis*.

Há uns anos atrás escrevemos um artigo¹ sobre uma instigante passagem de *I Dialogus V*, (ca. 1331-1334), capítulos 14-22,² de Guilherme de Ockham O. Min. (ca. 1285/87-†1347), no qual analisamos apenas dois temas aí discutidos, arrimados, não *ad litteram*, *sed secundum*

1 José A. de C.R. de Souza. «O debate ente Ockham e Marsílio de Pádua no *Dialogus I, V*, sobre a *Doação de Constantino*». *Itinerarium* LIX (2013), p. 243-265. Na altura em que esse artigo foi elaborado e publicado, ainda não estava disponível a edição crítica «*Draft of printed*», infra indicada. Por isso, utilizei a edição bilingue, latim e inglês, disponível na internet, no sítio, <www.britac.ac.uk/pubs/dialogus/wtc.html> sob responsabilidade dos professores J. Kilkulen, G. Knysh, J. Scott, V. Leppin e J. Ballweg, 1999.

2 Guilherme de Ockham. *I Dialogus V*, capítulos 14-22. Utilizo, aqui, a edição crítica «*Draft of printed volume of I Dial. 1-5*», sob responsabilidade dos professores J. Kilkulen e J. Scott, disponível no sítio <www.britac.ac.uk/pubs/dialogus/wtc.html> janeiro de 2014, pp. 242-261.

sensum no *Defensor da Paz*,³ (1324), de Marsílio de Pádua, (1280-1342), a saber, a) A Igreja Romana não governou as demais dioceses, antes do imperador Constantino (313-337); b) A Igreja Romana recebeu o primado de Constantino.

De fato, esse trecho do Livro V é bastante instigante, porque em seu bojo estão presentes questões políticas palpitantes no medievo Tardio e, também, porque, aí nos deparamos com o prenúncio do grande debate entre o Menorita inglês e o Filósofo paduano, cujo clímax irá ocorrer, alguns anos mais tarde no *III Dialogus*, livro I (ca. 1339-1341). Por isso, desta vez, resolvemos voltar a essa passagem e explorá-la na íntegra e, ao final, sob a forma de apêndice, apresentaremos nossa tradução da mesma, ao português.

Pois bem, no começo do capítulo 14, nos deparamos com um comentário do estudante, segundo o qual, é tão importante investigar se a Igreja Romana pode proferir erros contra a fé, quanto saber de quem ela obteve o primado, pois, se o recebeu de Deus, de um lado, jamais cometerá um erro contra a ortodoxia e, de outro, somente Ele pode privá-la desse dom, mas, se ela o recebeu de outrem, tanto poderá vir a perder tal primado quanto, à semelhança das outras igrejas particulares, também poderá vir a dizer heresias.

Então, face a esse dilema, ele propõe ao seu mestre não só pesquisar sobre tal assunto, mas, também saber o que os professores pensam a respeito do mesmo.

Ockham, dando voz ao professor, então, aquiesce à solicitação do estudante e, sem se referir a ninguém, fala que entre os professores circulam muitas opiniões acerca desse tema e, uma das mais sérias, ensinada por alguns deles é que nem Pedro nem a Igreja Romana receberam respectivamente um primado ou preeminência sobre os demais Apóstolos e sobre as outras igrejas,⁴ pois, não há uma 1) determinação de Jesus Cristo acerca de tais coisas; 2) que

3 Marsílio de Pádua. *Defensor da Paz*. Introdução, Francisco Bertelloni, Gregório Piaia e José A. de C. R. de Souza. Tradução e notas, José A. de C.R. Souza. Coleção Clássicos do Pensamento Político, vol. 12, Petrópolis, Vozes, 1997, 701 p.

4 Marsílio de Pádua. *Defensor da paz* I, XIX, § 7-8, p. 199-200: «... entre os mencionados Apóstolos de Cristo houve um chamado Simão, cognominado Pedro, que d'Ele recebeu em primeiro lugar a promessa de exercer o poder das chaves, conforme diz a glosa de Agostinho a uma determinada passagem do Evangelho de Mateus, referente àquelas palavras de Cristo: *Dar-te-ei as chaves do reino dos céus* (Mt XVI, 19). A glosa menciona [370] nada diz o seguinte: *Aquele que testemunhou perante os demais que Jesus Cristo é o verdadeiro Filho de Deus, foi antes deles incumbido com o poder das chaves* (Glosa Ordinária, PL, XCIV: 222), quer dizer, antes dos outros.

Este Apóstolo, em seguida à Paixão, Ressurreição e Ascensão de Cristo aos céus, veio a Antioquia e aí foi escolhido pelo povo como bispo, segundo consta indubitavelmente da história de Pedro... foi em razão daquela prerrogativa que este apóstolo ou discípulo de Cristo parece ter exercido uma preeminência sobre os outros, isto é, porque recebeu o poder das chaves antes dos demais, segundo as palavras da Escritura citadas anteriormente ou ainda por causa de algumas outras frases ditas por Cristo somente a Pedro, as quais mencionaremos posteriormente.

É por tal motivo que alguns bispos de Roma que o sucederam à frente da Sé Apostólica ou Romana, especialmente depois da época do imperador Constantino, declararam e afirmaram que estão acima dos demais antístites e presbíteros do mundo inteiro no que se refere a toda espécie de autoridade jurisdicional...».

Defensor da paz, II, XVI, § 10, p. 428-429: «...Contudo, se alguns dos santos chamaram o bem-aventurado Pedro de Príncipe dos Apóstolos, usaram esse termo num sentido amplo, e de modo impróprio, e se quiseram utilizá-lo na estrita acepção da palavra, então se posicionaram abertamente contra a intenção e as palavras de Cristo, o Qual, no *Evangelho de Mateus*, capítulo XX [25, 26] e de Lucas, capítulo XXII [25-26], declara o seguinte: *Os príncipes dos gentios as dominam, mas entre vós não dever ser assim*.

Por isso, convém esclarecer que os santos chamavam Pedro de príncipe, não porque tivesse algum poder que lhe teria sido imediatamente conferido por Cristo sobre os demais Apóstolos, mas talvez porque era o mais velho, ou porque fora o primeiro a testemunhar que Jesus era o verdadeiro Filho de Deus, ou ainda, porque sua fé era a mais fervorosa e mais constante, ou ainda porque ele sempre era distinguido pelo Senhor, que o convocava mais frequentemente para as deliberações e conselhos importantes...».

Pedro não foi bispo em Roma; 3) que foi mediante uma decisão e escolha dos Apóstolos que Pedro exerceu o primado ou a liderança sobre eles. 4) que, com base numa decisão de Jesus, nenhum sacerdote exerce algum poder sobre os demais. 5) que antes do imperador Constantino, 313-337, a Igreja Romana não liderou as outras igrejas. 6) que foi esse imperador que concedeu o primado à Igreja Romana sobre as demais igrejas.⁵

Logo a seguir, no começo do capítulo 15, estupefato e incrédulo, o estudante diz que é inimaginável que haja professores que ousem fazer tais afirmações que sabem à heresia, por isso, pede imediatamente ao mestre que lhe diga em quais fundamentos eles se baseiam para afirmar tais coisas.

O mestre opta por tratar singularmente cada uma das seis sobre-ditas proposições ou teses e, começando pela primeira delas apresenta o raciocínio do oponente, todo ele arrimado em argumentos teológicos, isto é, aqueles recolhidos da Escritura Sagrada: Pedro não recebeu de Jesus nenhum poder governativo sobre os outros Apóstolos, porque o Senhor deu-lhes um poder idêntico ao que tinha prometido dar-lhe, (*Mt*, 16, 16-19) primeiramente, conforme está escrito em *Mateus* 18, 18: «Em verdade vos digo, tudo o que ligardes na terra, será ligado nos céus». Ora, de um lado, essa é uma verdade óbvia e incontestável e, de outro, Pedro não recebeu de Jesus nenhum outro poder diferente deste, mediante o qual foi instituído líder dos outros Apóstolos e, ainda, ao ter-lhe prometido tal poder, na pessoa dele, igualmente, o fazia no tocante aos demais.

Um outro argumento teológico reforça este. De fato, São João narra em seu *Evangelho*, 20, 21 que, aparecendo entre os Apóstolos, o Senhor ressuscitado disse-lhes: «...“A paz esteja convosco. Assim como o Pai me enviou, assim também vos envio”. E tendo dito isso, soprou sobre eles e lhes disse: “Recebei o Espírito Santo, a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados e a quem retiverdes, ser-lhes-ão retidos”».

Ora, é preciso entender corretamente o significado dessas frases, qual seja, nessa ocasião, Jesus deu a todos os Apóstolos o mesmo poder que, antes, tinha prometido dar a Pedro, graças ao qual, absolvendo o pecador de seus pecados ou não os perdoados, eles se tornavam os porteiros, os introdutores dos fiéis nos céus. Com efeito, se as referidas chaves significam simultaneamente os poderes para absolver e para condenar alguém por causa dos pecados que tiver cometido, é óbvio que todos os Apóstolos receberam poder idêntico àquele que, antes, tinha sido prometido a Pedro. Consequentemente, quanto a esse poder não havia nenhuma diferença entre eles e, ademais, Pedro não recebeu do Senhor nenhum poder específico, que o tornou mais importante e chefe deles.

A seguir, continuando a dar voz ao oponente, em terceiro lugar, Ockham apresenta um argumento de razão articulado com um argumento teológico, cujos versículos específicos são recolhidos dos três evangelhos sinóticos (*Mateus*, 20, 25–26, *Marcos*, 10, 42–43, e *Lucas*, 22, 25–26): alguém receber de outra pessoa um poder que não irá exercê-lo sobre terceiros é uma tolice, um desperdício e algo inútil. Ora, todas as ações de Jesus não foram inúteis, desnecessárias e aparvalhadas e, por isso, ele não deu nenhum poder a São Pedro que este não pudesse exercer sobre os Apóstolos, ao contrário, Ele proibiu indistinta e terminantemente que eles

5 Marsílio de Pádua. *Defensor da paz*, II, XVI, § 9, p. 428: «...Logo, é preciso também defender a tese, segundo a qual os sucessores dos Apóstolos não precisam de nenhuma consagração da parte dos sucessores de Pedro. Ademais, muitos dos sucessores dos outros Apóstolos foram devidamente eleitos e estabelecidos como bispos, e piedosamente dirigiram suas províncias sem que os sucessores de Pedro os tivessem instituído ou confirmado em tal mister. E essa prática foi assim legitimamente conservada até a época do Imperador Constantino, que concedeu aos bispos e à Igreja de Roma uma certa preeminência e um determinado poder sobre as outras igrejas, bispos e presbíteros do mundo inteiro...».

todos exercessem um poder tirânico sobre outras pessoas, graças ao qual elas fossem exploradas, da maneira como os príncipes pagãos governavam os seus súditos.⁶

Entretanto, o estudante replica, dizendo que tais versículos não servem de base ao argumento, porque Jesus estava se referindo à maneira injusta como os governantes seculares exerciam o poder temporal sobre seus súditos e Pedro não tinha recebido do Senhor um poder temporal sobre os Apóstolos, mas sim, um poder espiritual.

Como se fosse simultaneamente o proponente e defensor da tese em debate, ancorado num cânon do *Extra* das decretais, muito apropriadamente tirado do título *De verborum significatione*, cuja autoria é atribuída a uma autoridade, isto é, Santo Hilário, bispo de Poitiers, (*Hilarius Pictaviensis, ca. 300 +368*), o qual declara que o significado das palavras proferidas por Jesus, deve ser entendido, de acordo com os motivos que O levaram a dizê-las. Ockham rebate o estudante, afirmando que, conforme o relato de *Lucas*, o Senhor disse aquelas palavras, por causa de uma disputa que surgiu entre alguns Apóstolos, a respeito de qual deles seria o mais importante e que essa controvérsia não estava associada ao âmbito secular, mas, à esfera espiritual. Portanto, Jesus os proibiu de exercer tanto o poder espiritual quanto o poder temporal sobre os demais e, por essa razão, Pedro não recebeu de Jesus nem o poder temporal nem o poder espiritual sobre os Apóstolos.

Bem, se o foco da discussão diz respeito, apenas, à atribuição a Pedro de um poder e de uma preeminência na esfera espiritual sobre os Apóstolos, então, há uma passagem de *João* 21, 15-17, que parece indicar isso, pois, Jesus disse-lhe: «Apascenta as minhas ovelhas, apascenta os meus cordeiros».

E de novo, falando pelo oponente, o mestre rebate o estudante, dizendo-lhe que é preciso entender corretamente o significado dessas frases, pois, com base nas mesmas, Jesus não deu um poder ou uma preeminência a Pedro sobre os demais Apóstolos, posto que, apascentar espiritual e triplamente as ovelhas do Senhor, consiste em: a) ensinar-lhes a Boa Nova, b) dar-lhes bons exemplos de comportamento c) e corrigi-las, se por acaso, se afastassem do caminho ensinado pela Verdade. Ora, esse tríplice pastoreio religioso, primeiramente, no tocante ao anúncio da Boa Nova, foi atribuído indistintamente a todos os Apóstolos, quando Jesus lhes disse: «Ide e ensinai a todas as nações, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e, ensinando-as a observar tudo aquilo que vos ensinei» [*Mt* 28, 19-20].

De igual modo, eles deviam ser exemplos de conduta para o rebanho, conforme o Senhor lhes disse: «Vós sois a luz do mundo... Assim, a vossa luz brilhe diante dos homens, a fim de que vejam vossas boas obras e glorifiquem o vosso Pai que está nos céus». [*Mt* 5, 14,16].

Quanto à correção e à disciplina das ovelhas, sob uma perspectiva espiritual, não só Pedro, mas eles todos também receberam um poder idêntico de Jesus, quando Ele lhes disse: «Àque-

6 Ver Marsílio de Pádua. *Defensor da paz*, II, XVI, § 11, p. 430: «... § 11 - Semelhantemente, Pedro não exerceu nenhuma jurisdição coerciva sobre os outros Apóstolos, e nenhum deles sobre Pedro, e, por conseguinte, seus sucessores não devem fazer isso uns sobre os outros.

Na Verdade, Cristo os proibiu efetivamente de possuir e exercer tal espécie de autoridade, conforme está escrito nos *Evangelhos de Mateus*, capítulo XX [25-28] e de *Lucas*, capítulo XXII [24-26], textos esses diretamente em consonância com nossas teses. *De fato, como tivesse surgido uma discussão entre os Apóstolos sobre o qual dentre eles devia ser considerado o maior, Ele, Cristo, lhes disse: «Os reis ou príncipes das nações as dominam, e aqueles que são os mais importantes exercem o seu poder sobre elas. Quanto a vós não deverá ser assim».* Cristo não lhes poderia ter proibido exercer esta jurisdição coerciva de modo mais claro.

Porque então dar mais crédito, quanto a esse assunto à tradição humana, santa ou profana, do que às palavras tão evidentes de Cristo?...».

les a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados e àqueles aos quais não perdoardes, ser-lhes-ão retidos». [Jo 20, 23].

O estudante novamente retruca, dizendo que a resposta apresentada não leva à conclusão alguma, porque, em verdade, a São Pedro foi dado um poder para corrigir os fiéis no âmbito eclesial e, aos Apóstolos, só pessoalmente, no foro da consciência.

Falando mais uma vez pelos antagonistas, Ockham treplica dizendo que, ao instituir o modo de corrigir no foro do confessor, Jesus não atribuiu nenhum poder especial a São Pedro e, ao estabelecer a maneira de corrigir os fiéis, no âmbito eclesial, deu esse poder exclusivamente à Igreja, não, pessoalmente a algum apóstolo, ao dizer: «Se o teu irmão pecar contra ti, vai e corrige-o apenas entre ti e ele. Se ele te ouvir, ganhaste o teu irmão; mas, se ele não te ouvir, leva contigo mais um ou dois, a fim de que toda a questão seja decidida pela palavra de duas ou três testemunhas. E se ele não os ouvir, dize-o à Igreja, mas, se nem mesmo à Igreja der ouvido, trata-o como um gentio ou publicano». [Mt 18, 15-18].

Insatisfeito, o estudante diz que a referida passagem evangélica se refere à correção do próximo, não a um julgamento eclesiástico.

Falando outra vez pelos oponentes, o *Inceptor Venerabilis* diz que isso é verdade, mas apenas, quanto ao princípio da frase de Jesus, todavia, no tocante ao resto, ela diz respeito à correção judiciária eclesiástica, porque trata do pecador contumaz que não aceita nem a correção da Igreja e, por isso, concerne a alguém que dela foi excluído, por estar se comportando como um pagão, cujo pensamento e atitudes, são bem diferentes da maneira como os cristãos agem.

O estudante torna a replicar, inquirindo, como tais pessoas podem defender isto, se Paulo excomungou um cristão de Corinto e, na *Iª Carta a Timóteo*, declara que entregou Himeneu e Alexandre a Satanás, «a fim de que aprendam a não mais blasfemar» [ITm, 1, 20].

O professor rebate a objeção dizendo, primeiramente que, com base na instituição de Jesus, apenas a comunidade dos fiéis tem o poder de corrigir os cristãos que pecam pública e gravemente, mas, Ele não estipulou que essa correção fosse feita de uma só maneira, de modo que ela podia atribuir exclusivamente a alguém esse poder e, foi exatamente isso, que uma ou várias comunidades eclesiais fizeram, atribuindo a São Paulo o poder para corrigir os cristãos pecadores.

Se é assim, declara o estudante: Jesus efetivamente não instituiu uma cabeça para a Igreja.

Não, redargue o professor, de fato, os oponentes afirmam, de um lado, que: a) Jesus não instituiu uma cabeça para a Igreja, a qual, mediante uma determinação dele, tivesse o poder de corrigir os pecadores no âmbito eclesiástico. Mas, por outro lado, acrescentam que: b) como Ele tampouco organizou imperfeitamente a Sua Igreja, porque quis que ela tivesse o poder de corrigir os pecadores, deixou ao critério dela, de acordo com heterogeneidade das províncias, poder escolher para si uma ou muitas cabeças, ou melhor, afirmam eles que, para o bem comum da comunidade eclesial, faz parte do seu poder, não só escolher uma ou muitas cabeças para governá-la, mas, inclusive, depô-la ou destituí-las, quando isto lhe for proveitoso.

Por isso, prossegue o mestre, como o Senhor organizou a sua Igreja da melhor maneira possível, conforme as circunstâncias de lugar, os costumes e o momento, deu-lhe o poder para instituir uma ou mais cabeças para governá-la, à semelhança do que acontece com as sociedades políticas seculares, as quais não são governadas, por meio de um único regime, nem tampouco há uma determinação fixa, quanto ao tempo, para que o governante se mantenha no poder.

Em vista disso, ao se instituir um governo para uma comunidade política qualquer, incluída a Igreja entre elas, os que têm competência para isto, devem levar em conta, as con-

dições e o *modus vivendi* daquele povo e, como pode ocorrer que não se encontre uma pessoa idônea para governar sozinha, então, será mais proveitoso a esta ou aquela comunidade ser governada por um grupo de pessoas, mas, se tal pessoa for encontrada e o povo aceitar o regime político monárquico, então, é muito melhor que apenas uma pessoa governe o povo.

Logo, remata Ockham, ao se instituir um governo para as sociedades políticas, sempre com base nos regimes políticos retos ou bons, não é possível propor uma regra geral infalível, devido à múltipla diversificação das pessoas, dos lugares e dos momentos e, foi, então, por este motivo que Jesus nunca estabeleceu para a Igreja uma regra precisa, no tocante a como ela sempre deveria ser governada, isto é, que tivesse uma só cabeça, pois, numa dada circunstância, isto poderia ser-lhe prejudicial e, por isso, a comunidade dos fiéis, a Igreja universal, durante o tempo que fosse necessário, poderia alterar seu regime de governo, de monárquico para aristocrático.

Entretanto, à parte essa necessidade circunstancial, é de notar que o *Inceptor Venerabilis* está a defender que a monarquia é sempre o melhor dos regimes políticos e, mais tarde no III *Dialogus*, I, II, capítulos 20, 22, 24, 25, 26⁷ irá voltar a discutir especificamente este assunto e, no resto deste livro sobre outros temas correlatos, por exemplo, os regimes políticos retos e corrompidos.⁸

Mas, primeiramente, indignado, o estudante protesta, dizendo que tais pessoas estão efetivamente tentando esvaziar o poder pontifício, mas, de seguida, indaga do Mestre se eles, também recorrem a outras fontes, com vista fortalecer a opinião que sustentam, isto é, que São Pedro não recebeu de Jesus uma preeminência ou liderança sobre os demais Apóstolos.

O professor responde-lhe dizendo que, para além de trechos do Novo Testamento, conforme foi visto, com esse propósito, igualmente, os oponentes fundamentam sua opinião em textos atribuídos aos Padres da Igreja, os mais fiéis interpretes da Escritura divina, cujos textos foram inseridos no *Decreto* de Graciano, o código de direito eclesiástico, por intermédio do qual a Igreja é governada.

O primeiro texto que apresentam é o cânone *In novo*, atribuído a Santo Anacleto ou Cleto, papa entre 76 e 88 que viveu próximo da época dos Apóstolos e, por esse motivo, tinha de estar mais bem informado a respeito do que eles fizeram. Ora, este santo afirma que no tempo do Novo Testamento, o sacerdócio começou com São Pedro porque foi primeiramente a ele que Jesus disse: «Tu és Pedro e sobre esta pedra eu edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. E eu dar-te-ei as chaves do reino dos céus». Portanto, foi Pedro o primeiro que recebeu as *potestates ligandi et absolvendi*, bem como, graças ao entusiasmo de sua pregação, converteu à fé os primeiros fiéis, mas, os outros Apóstolos, em igualdade de condição com ele, também receberam semelhante honra e poder.

Por isso, com base nessas palavras, os adversários alegam que, mediante uma decisão de Jesus, São Pedro não recebeu d'Ele um poder sobre os outros Apóstolos, porque Anacleto diz que eles todos eram iguais em honra e poder e que, no tocante a absolver ou a condenar os pecadores, receberam o mesmo poder.⁹

7 Guilherme de Ockham. III *Dialogus* I, II, ed. cit., capítulos 20, 22, 24, 25, 26, p. 203-227; ver também III, II, I, c. 5, c. 6-13.

8 Guilherme de Ockham. III *Dialogus* I, II, ed. cit., capítulos 6-9, p. 176-184.

9 Marsílio de Pádua. *Defensor da paz*, II, XVI, § 12, p. 430-431: «... § 12 - Se, no entanto, os Apóstolos tivessem escolhido São Pedro como bispo ou chefe por causa de sua idade e da excepcional santidade que já tinha adquirido, conforme se lê num decreto do Papa Anacleto, que se encontra no *Código Isidoriano*, do qual tiramos esta citação: *Os outros Apóstolos receberam poder e honra igual a ele, Pedro, todavia, quisera que fosse o seu chefe* [Pseudo Isidoro, *Decretais, Anacletus* 2) cap. XXIV (ed. Hinschius): 79], disto, entretanto, não decorre que,

O estudante reage novamente contra os interlocutores, afirmando que o cânon apresentado não serve para robustecer a proposição deles, porque, comentando a referida frase, a *Glosa* ressalta que os bispos são iguais ao sumo pontífice no que concerne à plenitude do sacramento da Ordem, entretanto, não o são quanto à administração, porque, eles governam apenas a sua diocese ou igreja particular, enquanto o papa governa não apenas sua própria diocese, mas, também, toda a Igreja.

Agindo como «advogado do diabo», o mestre rebate o estudante dizendo que tal comentário da glosa está errado, porque distorce as palavras do cânone *In novo*, pois aí está escrito que todos os Apóstolos eram iguais a São Pedro no que concerne ao poder, sem entrar em pormenores. Ora, administrar é uma ação que requer poder para tal. Logo, se eram iguais em poder, quanto à administração, Pedro não lhes foi superior.

E imediatamente acrescenta que eles também comprovam sua tese, por intermédio de um texto atribuído a São Cipriano, bispo de Cartago, (ca. 200/210 + 258) o qual também foi inserido no *Decreto* e consta do cânon *Loquitur*, no qual ele diz que Jesus primeiramente edificou sua Igreja sobre Pedro, mas, após Sua Ressurreição, atribuiu um poder idêntico aos demais Apóstolos, conforme o relato de *Mateus*. Entretanto, com vista a mostrar claramente a unidade da Igreja, graças à Sua autoridade pessoal, Ele estabeleceu a origem da mesma, a partir de um só homem, Pedro, mas, os outros Apóstolos não tinham dúvida alguma que eram iguais a ele em honra e dignidade.

Por conseguinte, com base nessas palavras, é preciso ter presente que se Pedro recebeu primeiramente o poder, mais tarde, igualmente, os Apóstolos também receberam poder idêntico, de modo que, desde aquele instante, por decisão de Jesus, tornaram-se iguais a Pedro e, conseqüentemente, nem quanto à administração, ele era superior a eles.

Enfim, os adversários ainda robustecem sua tese, alegando uma frase de Santo Agostinho, 354-430, também inserida no *Decreto*, no cânon *Paulus*, no qual ele afirma que Paulo repreendeu Pedro, o que não ousaria ter feito, se não soubesse que era igual a ele.

O estudante retruca, dizendo que a glosa comenta essa passagem neo-testamentária observando que Paulo sabia que era igual a Pedro em merecimento, não quanto à administração.

Outra vez, falando pelos oponentes, Ockham diz que eles acham essa resposta sem fundamento e fútil, pois, conquanto, Paulo estivesse agindo, respaldado na caridade fraterna e gozasse de muitos méritos, não podia saber que era igual a Pedro, quanto a esse aspeto e, além disso, como era muito humilde, talvez, até pensasse que Pedro lhe excedia em santidade e, ainda, não tinha como saber tal coisa, exceto se isso lhe fosse sobrenaturalmente revelado. Ora, não está escrito no Novo Testamento que Deus lhe tenha revelado que era igual a Pedro em méritos. Conseqüentemente, é temerário afirmar que Paulo sabia que era igual a Pedro, pois, o que não se fundamenta no texto da verdadeira Escritura, é temerariamente dito. E acrescenta, ainda, que a resposta do estudante também é fútil, pois, para que alguém possa repreender uma outra pessoa, não é preciso que lhe seja igual em mérito, caso contrário, uma pessoa pior nunca poderia repreender alguém melhor do que ela.

os sucessores de Pedro na Sé Romana ou ainda se fossem bispos alhures, haveriam de ter e exercer uma preeminência sobre os sucessores dos demais Apóstolos, pois alguns deles foram mais virtuosos do que determinados sucessores de São Pedro, e falando apropriadamente todo bispo é sucessor de todo Apóstolo quanto ao ministério, mas não quanto ao lugar em que se encontra a sé episcopal. Além disso, por que essa preeminência caberia mais aos sucessores de São Pedro na Sé Romana do que àqueles outros nos bispados de Antioquia, de Jerusalém ou alhures, se ele foi bispo em muitas cidades...».

Logo, Santo Agostinho tinha a convicção que Paulo era igual a Pedro no tocante ao poder administrativo, nem lhe estava subordinado noutras coisas que concernem à preeminência e ao poder.

É oportuno observar que os medievais, em geral, estavam convencidos que todos os textos, como os que acabamos de referir, até por estarem incluídos no *Decreto* eram fidedignamente verdadeiros e seus autores eram verdadeiramente aquelas pessoas às quais eram atribuídos e, de modo geral, nem a crítica textual contemporânea conseguiu provar o contrário nem confirmar a atribuição a este ou àquele escritor, dado que esses cânones se perdem num passado longínquo.

A seguir, no começo do capítulo 16, mais uma vez surpreso, o estudante diz que não pensava que uma tese herética, como a que acabou de ser discutida, pudesse estar tão bem fundamentada com tantas provas e, imediatamente, pede ao mestre que apresente a proposição contrária a essa, isto é, se Pedro recebeu um poder e um primado sobre os demais Apóstolos e se ela também pode ser comprovada mediante fontes escritas pelos antepassados e, que não lhe diga qual das afirmações considera a mais verdadeira.

O mestre diz que essa outra tese igualmente pode ser muito bem comprovada e, com esse propósito, irá apresentar cinco provas. A primeira delas está arrimada num argumento teológico que se encontra na conhecida passagem de *Jo 21, 15* e seguintes, em que Jesus diz a Pedro: «*Apascenta minhas ovelhas, apascenta os meus cordeiros*». De fato, aquela pessoa, a quem, no tempo dos Apóstolos, Jesus incumbiu o cuidado e a liderança de todo o Seu rebanho, inclusive sobre estes, porque também faziam parte do mesmo, tal pessoa recebeu do Senhor o poder para desempenhar tais incumbências.

Pois bem, consoante o mencionado texto de *João*, tendo se dirigido exclusivamente a Pedro, Jesus ressuscitado disse aquelas palavras, atribuindo-lhe o cuidado e o governo de Seu rebanho. Consequentemente, dado que os Apóstolos, naquela ocasião, também faziam parte do rebanho do Senhor, Ele os confiou ao cuidado e ao governo de Pedro.¹⁰

A segunda prova está fundamentada implicitamente nos já, muitas vezes referidos, versículos de *Mateus*, 16, 16-19 e, explicitamente num cânone do papa Nicolau I, (ca. 810/858-867) e, é formulada assim: Em seu tempo, os Apóstolos estavam subordinados a quem foi dado em simultâneo um poder sobre o céu e a terra. Ora, Pedro recebeu do Senhor um poder, mediante o qual abriria ou fecharia as portas do reino celeste aos fiéis. Destarte, todos os Apóstolos estavam subordinados a São Pedro.

A terceira comprovação é explicitada assim: é sabido que a cabeça tem uma preeminência ou primazia sobre os demais membros do corpo humano. Ora, São Pedro foi cabeça dos Apóstolos, conforme está escrito no cânon *Ita Dominus*, atribuído ao papa São Leão Magno I, (440-461), o qual declara que Jesus, redentor dos seres humanos, quis que a verdade que, outrora, estava anunciada na Lei mosaica e nos textos dos profetas fosse ampla e plenamente apregoada pela voz dos Apóstolos, com vista à salvação de todos os povos, Todavia, conquanto tivesse disposto que esse serviço fosse da responsabilidade de todos eles, o Salvador atribuiu essa missão particularmente a São Pedro, o mais importante deles, de modo que,

¹⁰ Refutando explicitamente a Marsílio, sem mencioná-lo, cujos trechos do *Defensor da Paz* ele transcreve no III *Dialogus*, I, IV, ed. cit., capítulos 3-11; 13-26, p. 305-328; 330-353, Ockham contesta o sobredito argumento marsiliano e todos os demais, relativos à igualdade de poderes entre Pedro e os outros Apóstolos e contra o primado e a liderança dele sobre todo o rebanho de Cristo. Ver, a propósito, Souza, José A. de C.R. de, *As relações de poder na Idade Média Tardia, Marsílio de Pádua*, Marsílio de Pádua, Álvaro Pais e Guilherme de Ockham, Porto Alegre, Edições EST, 2010, Capítulo 3, As ideias sobre o poder espiritual, 3.3. Guilherme de Ockham, 3.3.1. A origem do poder papal, pp. 159-170; 174-179.

como se ele fosse a cabeça, seus dons se espalhassem pelo resto do corpo, isto é, aos demais Apóstolos. Por conseguinte, Jesus estabeleceu Pedro como cabeça dos Apóstolos e, por esse motivo, também obteve d'Ele a precedência ou a liderança sobre seus colegas.

A quarta prova se fundamenta num argumento histórico hipotético plausível, a qual é formulada assim: aquela pessoa que, no tempo dos Apóstolos, instituiu sacerdotes para todas as igrejas, gozava do primado e era o líder deles. Ora, conforme está escrito num cânon de Santo Inocêncio I, (401-417), ninguém terá tido o poder para fundar comunidades cristãs espalhadas pela Itália, Gálias, Espanhas, África, Sicília e outras ilhas próximas desta, se não tivesse sido anteriormente ordenado sacerdote por São Pedro e seus sucessores e deles tivesse recebido o poder para tanto. Destarte, São Pedro teve uma preeminência sobre os outros Apóstolos e, conseqüentemente, os sucessores dele sobre os demais bispos e sacerdotes.

A quinta prova que se alega em favor da tese ortodoxa em apreço é um cânon atribuído ao papa Gregório Magno I, (590-604), inserido no *Decreto*, no qual ele afirma que São Pedro recebeu de Jesus o poder para governar a Igreja e, embora tivesse sido o primeiro dos Apóstolos, por causa de sua grande humildade e paciência, de bom grado, ouvia as reivindicações que eles lhe faziam. Logo, em vista disso, é óbvio que ele gozou duma primazia ou primado sobre os outros Apóstolos e os liderou.

O estudante interrompe o mestre e diz, primeiramente, que essas provas bastam. Além disso, a própria Igreja que ensina essa verdade, não apenas goza de autoridade suficiente para propô-la e defende-la, mas, também espalhada pelo mundo todo, canta sobre São Pedro: «*Tu és o pastor das ovelhas, o príncipe dos Apóstolos*», e a seguir, pede-lhe que abreviadamente apresente as outras quatro proposições heréticas e os argumentos em que estão apoiadas.

Nos breves capítulos 17 e 18, dando voz aos oponentes, o mestre reitera as outras quatro sobreditas teses propostas por eles: 1ª) São Pedro não foi bispo de Roma, porque a Escritura sagrada não comprova isso, nem Lucas que narrou as ações mais importantes dos Apóstolos, alude a esse fato.¹¹ 2ª) Iguais a Pedro em dignidade e poder foram os Apóstolos que decidiram escolhê-lo como chefe deles, consoante está escrito no mencionado cânone *In novo* atribuído a Santo Anacleto.¹² 5ª) Antes do imperador Constantino, (313-337), a Igreja Romana não

11 Marsílio de Pádua. *Defensor da paz*, II, XVI, § 14, p. 431-432: «...Ademais, o Bispo de Roma não pode nem deve ser chamado de sucessor de São Pedro... uma vez que, naquela cidade já havia um bispo sobre o qual ele não tinha imposto as mãos, nem de modo mediato muito menos diretamente.

O Bispo de Roma mais diretamente não é o sucessor de Pedro em razão daquela sé ou dum lugar qualquer, em primeiro lugar, porque nenhum dos Apóstolos foi especificamente destinado, através da Lei Divina para exercer seu ministério junto de um povo ou num lugar específicos. Com efeito, no último capítulo do *Evangelho de Mateus* [XXVIII, 19] foi dito a todos eles: *Ide, portanto, e ensinai a todas as nações...*». § 15, p. 435: «...como não se pode demonstrar diretamente por meio do texto da Escritura que os Bispos de Roma foram e são os sucessores específicos de São Pedro, em razão da sé, ou da província determinadas, então, por esse motivo, os que ocuparam ou ocupam a Sé Episcopal de Antioquia foram e são antes os sucessores de São Pedro...».

12 Esta tese é proposta e justificada por Marsílio de Pádua no *Defensor da Paz*, II, capítulo XVI, § 2, 3, 4, 5, 9, p. 420 e seguintes. XVI, § 5, p. 423: «...Logo, Pedro não recebeu imediatamente de Deus um poder maior que o dos outros Apóstolos, poder esse que lhe assegurava uma preeminência sobre eles, e muito menos a jurisdição coerciva para estabelecê-los no ofício sacerdotal, para separá-los ou destiná-los ao ministério da pregação. A única coisa que seguramente pode se admitir é que Pedro foi o primeiro em relação aos demais por causa de sua idade, ou talvez devido ao tempo que ele dedicou ao seu cargo, ou quiçá em virtude da eleição efetuada pelos Apóstolos, que o reverenciavam apropriadamente pelos motivos citados, embora, ninguém possa demonstrar mediante a Escritura Sagrada que essa escolha tenha efetivamente acontecido.

A prova de que estamos falando a verdade, se apóia no fato de que não há em trecho algum da Sagrada Escritura, nenhuma referência a que São Pedro tenha exercido qualquer autoridade especial sobre os outros Apóstolos, mas ao contrário, que ele se manteve sempre como os demais...».

governou as outras igrejas. 6^a) Foi esse imperador que concedeu o primado ou a liderança à Igreja Romana sobre as demais.¹³

No capítulo 19, o mestre discorre sobre essas teses e seus fundamentos.

No princípio do capítulo 20, ele diz que há três maneiras de refutar essas duas últimas proposições e, ancorado num cânon da Distingção 17, apresenta o primeiro modo, afirmando que foram os concílios gerais que atribuíram o primado a Pedro, sem, no entanto, apresentar nenhum argumento que a respalde. Com certeza, este não é o pensamento do *Venerabilis Inceptor*.

A seguir, bem no começo do capítulo 21, falando por intermédio do mestre e apresentando um argumento teológico de peso, Ockham declara incisivamente que São Pedro recebeu o primado de Jesus, no dia em que, por Ele foi ordenado sumo pontífice, dizendo-lhe: «Tu és Pedro...» etc.

Na continuação do texto, o *Inceptor Venerabilis* apresenta os argumentos de autoridade que robustecem sua tese e, assim, primeiramente, de acordo com um cânon atribuído ao papa Pelágio I, (556-561), de um lado, este confirma sobredita verdade e, de outro, rechaça convitadamente a proposição que teriam sido os concílios gerais que atribuíram o primado a Pedro. Com efeito, é o caso de indagar do proponente dessa tese: além do Concílio dos Apóstolos, ocorrido no tempo de São Pedro, qual outro lhe teria atribuído o primado, posto que o concílio seguinte foi o de Niceia, ocorrido em 325?

Também concorda com essas verdades, o anteriormente referido, papa Nicolau I que, num cânone, afirma foi a Igreja Roma que instituiu os patriarcados, os arcebispados, os bispados, porque foi exclusivamente Jesus que a fundou sobre Pedro, o primeiro a testemunhar que Ele era o Filho de Deus.

Igual e propositadamente, a fim de contrapor um cânon a outro, o mestre cita mais um cânone, atribuído a Santo Anacleto, no qual esse papa declara que não foram os Apóstolos que atribuíram o primado à Igreja Romana, mas Jesus, nosso Senhor e Salvador, ao dizer a Pedro: «*Tu és Pedro...*» etc.

De maneira semelhante, São Gelásio I, papa, confirma isso, dizendo que, sem que tivesse recebido dos concílios ou sínodos tal poder, a Igreja Romana possui autoridade tanto para anular uma decisão injusta decretada por um concílio, quanto para condenar algo que dissinta da ortodoxia, sem ser preciso convocar um concílio com esse intuito, em razão de Pedro ter obtido o primado de Jesus, graças àquelas palavras que Ele lhe disse, em *Mateus*.

Por último, Ockham invoca a autoridade de São Leão I que, num cânon diz que o primado da Igreja Romana lhe adveio por intermédio de São Pedro que a escolheu como sua sé. Consequentemente, em razão da autoridade desses papas, sucessores de Pedro, ninguém pode duvi-

13 Marsílio de Pádua. *Defensor da paz*, II, XI, §, p. 337: «... O que dissemos, é confirmado pelos Decretos ou Histórias dos Pontífices Romanos. Aí se menciona um privilégio concedido pelo Imperador Romano Constantino, privilégio esse que, segundo os autores de tais textos, ele atribuiu ao bem-aventurado Silvestre, Pontífice Romano, dando-lhe uma jurisdição coerciva sobre todas as igrejas do mundo e sobre os demais bispos ou presbíteros.

Como todo Papa Romano, e em consequência, toda comunidade dos padres e bispos declara que esta doação tem um valor de direito, então devem logicamente admitir que Constantino, ele mesmo, anteriormente possuiu e exerceu sobre eles esta jurisdição ou poder, especialmente considerando-se que, por força das palavras da Escritura, não lhes compete exercer nenhuma jurisdição desse tipo sobre ninguém, clérigo ou leigo...». Ver também *Defensor da Paz*, II, XVIII, § 7, ed. cit. p. 465; *Defensor da Paz*, II, XXII, §10, ed. cit., pp. 514-515.

dar que a Igreja Romana, recebeu de Jesus seu primado sobre todas as demais igrejas, antes de Sua Ascensão, ao ter dito à Pedro, *Tu és Pedro...* etc., e que ele a escolheu como sua sé.

No começo do capítulo 22, o professor declara que o terceiro modo refutar aquela proposição é dizendo que a Igreja Romana não recebeu imediata ou diretamente de Jesus o primado sobre as outras igrejas. Ao contrário, após a Ascensão do Senhor, durante algum tempo, ela lhes esteve subordinada, mas, tampouco não o obteve do colégio apostólico, nem muito menos dos concílios, mas, na verdade, o recebeu imediata ou diretamente de São Pedro, quando ele transferiu sua sé para Roma, tendo preferido a Igreja Romana às outras igrejas e, por essa razão, ela recebeu o primado indireta ou mediatamente de Jesus Cristo.

Ora bem, como já foi visto e demonstrado acima, Pedro foi eleito papa e prelado de toda a Igreja pelo Salvador, antes de Sua Ascensão e recebeu o primado para si e seus sucessores e, ainda, para a igreja onde ele se dispusesse a estabelecê-lo, dado que transferiu sua sé de Antioquia para Roma e, desde aquela ocasião, a Igreja Romana obteve o primado sobre todas as demais igrejas.

Comprova esse raciocínio, um cânon arrimando num argumento teológico, atribuído ao papa e mártir São Marcelino, (296-304), o qual se dirigindo aos bispos antioquenos pede-lhes que não acreditem nem ensinem nada de diferente do que aprenderam com São Pedro, com os outros Apóstolos e com os Padres da Igreja, isto é, que Pedro é cabeça da Igreja, por força das palavras que Jesus lhe dirigiu: *«Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei...»* e que, primeiramente sua sé foi em Antioquia, mas, depois, obedecendo à ordem do Senhor, transferiu-a para Roma e, desde então, a Igreja Romana passou a ter o primado sobre todas as igrejas.

Em seguida, continuando a falar por Ockham, presente a tese que sustenta, o professor remata seu raciocínio, declarando que das fontes citadas dimanam as seguintes conclusões: 1ª) Antes de ascender ao céu, Jesus investiu São Pedro como líder e primeiro de todos os Apóstolos e discípulos, afirmação essa que é à partida e intencionalmente robustecida, por um terceiro cânon atribuído a Santo Anacleto, no qual ele diz que, entre os Apóstolos havia certa diferença no tocante ao poder, a qual, foi concedida a São Pedro pelo Senhor, e conclui a assertiva com um argumento teológico, quando Ele lhe disse: *«Tu serás chamado Céfas»* e eles quiseram que o próprio Pedro os liderasse.

A segunda consequência é que, conforme testemunham as crônicas, durante sete anos, enquanto São Pedro foi bispo de Antioquia esta igreja deteve o primado sobre todas as outras, inclusive a romana, caso já houvesse cristãos em Roma, porquanto o primado de uma igreja sobre as outras decorre de esta igreja ser presidida pelo sucessor de Pedro, pois, de acordo com o que foi anteriormente demonstrado, foi ele que recebeu o primado de Jesus. Mais tarde, quando ele fixou sua residência na Urbe, a Igreja Romana passou a deter a preeminência sobre todas as outras, o que é roborado por um cânone atribuído ao papa e mártir, Santo Antero, (235-236), no qual declara que, para ser mais útil à Igreja, o Príncipe dos Apóstolos transferiu sua sé de Antioquia para Roma.

A terceira conclusão é que, de um lado, antes da Ascensão do Senhor, apenas Jesus foi o único líder e pastor dos Apóstolos e discípulos e, de outro, que, após tal acontecimento, decorridos onze anos, São Pedro primeiramente estabeleceu sua sé em Antioquia e, depois, em Roma.

Entretanto, assumindo o papel de advogado do diabo, o estudante fala que se tudo o que foi dito fosse verdade, então, conforme as crônicas referem, era imperioso dizer que, por quatro anos, a igreja de Jerusalém deteve o primado sobre as demais comunidades cristãs porque São Pedro viveu nessa cidade.

O professor responde que essa objeção pode ser replicada de dois modos, segundo um deles, dizendo que Pedro, esteve, sim, durante quatro anos em Jerusalém e como líder de todos os Apóstolos podia ter sua sé onde desejasse. Por outro lado, segundo o que está escrito na

Legenda de Santiago, em seguida à Paixão do Senhor, os Apóstolos escolheram São Tiago bispo de Jerusalém e, daí como Pedro não governou aquela igreja particular ela não obteve o primado.

A seguir, o estudante pergunta se essas outras pessoas, não os primeiros oponentes, acham que o Sumo Pontífice pode transferir o Papado de Roma para uma outra cidade qualquer e ele responde que algumas delas consideram que sim e argumentam que todos os sucessores de Pedro gozam da mesma autoridade que ele possuiu e, assim, como ele julgou ser mais proveitoso ao seu apostolado, transferir sua sé para Roma, logo, qualquer sucessor dele poderia trasladar a sede do Papado para uma outra cidade, em vista de uma dada circunstância.

O estudante insiste: será que essas pessoas admitiriam que, até mesmo Paris obteria o primado, se um papa transferisse a sé pontifícia para essa cidade?

Mas, porque Paris? Acredito que pelo fato de essa cidade ser, então, a sede do reino franco e, alguns anos antes, o rei Felipe IV, (1285-1314) ter entrado em rota de colisão com Bonifácio VIII, (1294-1303), crise essa que culminou com o ultrajante atentado de Agnani contra o Pontífice.

O professor diz que eles responderiam afirmativamente e, com base na instituição do primado petrino por Jesus, a igreja de Paris obteria o primado sobre todas as outras igrejas.

O estudante formula a mesma pergunta noutros termos: tais pessoas sustentam que o Romano Pontífice pode transferir a sua sé de Roma?

O professor responde que a maior parte delas diz que, por sua própria autoridade, o papa não poderia trasladar sua sé da Cidade Eterna, a não ser que miraculosamente Jesus determinasse que isso fosse feito, porque foi por ordem do Senhor que ele transferiu sua sé de Antioquia para Roma.

Por último, o estudante inquirir se há uma outra resposta à réplica que a igreja de Jerusalém possuiu o primado durante quatro anos sobre as demais igrejas?

O professor responde que é verdade que a igreja jerosolimitana teria possuído o primado sobre as outras igrejas, durante todo tempo que São Pedro aí teve sua cátedra.

A modo de conclusão, os capítulos de I *Dialogus* V, 14-22, que acabamos de analisar, se destacam por vários motivos, entre os quais, o primeiro é que o oponente de Ockham, com cujas teses ele não concorda de jeito nenhum é Marsílio de Pádua, embora seu modo de contra-argumentar sugira que não tivesse o *Defensor da paz* diante dos olhos, ao contrário do que acontecerá poucos anos mais tarde, ao escrever o *III Dialogus*, tratado I, livro IV.

O segundo ponto a registrar é que Ockham não refuta diretamente a quarta afirmação marsiliana, antes indicada, isto é, que nenhum sacerdote, graças a uma decisão de Jesus, exerce algum poder sobre os demais.

O terceiro dado que merece destaque é que, com vista a rebater as cinco outras mencionadas teses marsilianas, todas elas relacionadas com o primado de Pedro e da Igreja Romana, o *Inceptor Venerabilis* estriba-se fundamentalmente no argumento teológico que se encontra em *Mateus* 16, 16-20, bem como, na tradição cristã que acredita e imputa a autoria de muitos cânones a vários papas dos primeiros séculos do Cristianismo, a reforçar essa doutrina, ao contrário do Médico patavino que a recusava totalmente e, por isso, há uma enorme distância entre a ortodoxia de Ockham e o pré-protestantismo de Marsílio.

APÊNDICE: I DIÁLOGO, V, 14-22

Capítulo 14

[242]¹⁴ **Estudante:** Se não estou enganado, saber se a Igreja Romana pode cometer erros contra a fé [católica] é tão proveitoso quanto investigar de quem ela [243] obteve o primado sobre todas as outras igrejas, porque se o recebeu de Deus não parece que possa ser privado do mesmo senão por Ele próprio. E assim, até ao final dos tempos há de possuí-lo e, por conseguinte, nunca haverá de cometer um erro contra a fé. Mas, se obteve esse primado de um homem, não vejo por que ela não possa cometer erros contra a fé, assim como as outras igrejas particulares. Por isso, de certo modo afastando-se do tema principal, peço-lhe que trate de discorrer sobre este assunto e diga o que os professores universitários pensam a respeito. Depois, estou seguro de que haverá de regressar ao assunto principal.

Professor: Inúmeras pessoas sustentam opiniões diferentes e antagônicas sobre a liderança ou o primado da Igreja Romana, entre as quais, algumas asseveram que nem São Pedro nem algum de seus sucessores nem a Igreja Romana receberam o primado de Deus ou de Cristo sobre as outras igrejas. De fato, dizem que, graças a um decreto de Cristo, nem São Pedro foi superior aos demais Apóstolos nem tampouco algum bispo é superior aos outros.

Daí eles tentarem provar seis proposições sobre este assunto. A primeira é que, graças a um decreto de Cristo, São Pedro não exerceu uma liderança sobre os demais Apóstolos. A segunda é que São Pedro não foi bispo de Roma. A terceira é que, mediante uma decisão dos Apóstolos, São Pedro obteve o primado sobre eles. A quarta é que, nenhum sacerdote exerce algum poder sobre os outros, mediante uma determinação de Cristo. A quinta é que antes da época de Constantino, a Igreja Romana não exerceu um governo sobre as outras igrejas. A sexta é que a Igreja Romana recebeu do próprio imperador Constantino o primado sobre as outras igrejas.

Capítulo 15

Estudante: Estou muito admirado que algum professor de Teologia ouse sustentar tais opiniões. Entretanto, a fim de exercitar minha inteligência, desejo ouvir os argumentos que apresentam, porque, talvez, com base nos mesmos, a verdade brilhe mais claramente.¹⁵

Professor: Eles tentam comprovar por intermédio de textos da Sagrada [244] Escritura e dos santos a primeira asserção, a saber, que mediante um decreto de Cristo, São Pedro, não obteve nenhum tipo de governo sobre os outros Apóstolos e formulam o seguinte argumento: São Pedro não obteve de Cristo nenhum governo sobre os outros, os quais receberam de Cristo um poder ou um governo ou um primado igual, porque, é sabido que um igual não exerce um poder sobre outro igual a si. Ora, os Apóstolos receberam de Cristo um poder igual ao poder que São Pedro [recebeu]. Eles tentam comprovar isto recorrendo a textos da Escritura sagrada e dos santos e, primeiramente, demonstram isto, segundo o que está escrito no *Evangelho de Mateus*, 18, [18], com base na autoridade de Cristo, ao dizer a todos os Apóstolos: «*Em ver-*

14 Os números entre parêntesis retos ou chaves, [], indicam a paginação da edição crítica que utilizamos para fazer a esta tradução, a qual já indicamos na nota 2. Outrossim, no interior dos parêntesis retos ou chaves também estão inseridos dados e complementos ao texto, com vista a tornar a tradução mais compreensível. É de notar, ainda, que não há uma equivalência entre número de capítulos da versão *draf* e da versão impressa e página de *I Diálogo V*, 14-22.

15 Causa 35, questão 9, cânón 7, col. 2455.

dade vos digo, tudo o que ligardes na terra, será ligado nos céus». Fundamentados nessas palavras, eles dizem que é evidentemente claro que um poder de ligar e desligar igual ao de São Pedro foi dado por Cristo aos Apóstolos. Ora, São Pedro não recebeu de Cristo nenhum outro poder, graças ao qual se diz que excedia os outros, senão o poder de ligar e de desligar. Logo, São Pedro e todos os outros receberam de Cristo um poder igual.

João Evangelista também parece asseverar a mesma coisa, em seu *Evangelho*, 20, [21-23], ao citar as palavras do Salvador: «*Portanto, disse-lhes outra vez: “A paz esteja convosco. Assim como o Pai me enviou, assim também vos envio”*». E tendo dito isso, soprou sobre eles e lhes disse: «*Recebei o Espírito Santo, a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados e a quem retiverdes, ser-lhes-ão retidos”*».

É preciso entender dessas palavras que, então, Cristo deu a todos os Apóstolos as chaves do reino dos céus que tinha prometido [dar] a São Pedro e, assim, na pessoa dele, ao dizer: «*Dar-te-ei as chaves do reino dos céus*», [Mt 16, 19], prometeu dar a todos os Apóstolos as chaves dos céus.

Por isso, uma vez que as chaves prometidas e, depois, dadas a São Pedro designam o poder deles, segue que os outros Apóstolos receberam de Cristo um poder igual ao que São Pedro recebeu e, assim, Pedro não recebeu de Cristo um poder ou um governo ou um primado sobre os outros Apóstolos.

[245] Ademais, alguém receber um poder sobre outras pessoas, o qual não deva exercer sobre elas, deve ser considerado como algo desnecessário, vão e inútil. Ora, não há nada de desnecessário, vão e inútil nas ações feitas por Cristo. Pois bem, Ele não deu a São Pedro nenhum poder sobre os outros Apóstolos, o qual não devia exercer sobre eles. Ao contrário, em *Mateus*, 20, [25-26], Ele proibiu que São Pedro e os outros Apóstolos exercessem tal poder sobre eles, ao dizer-lhes: «*Sabeis que os príncipes dos gentios os dominam e os que são mais importantes exercem o poder sobre eles. Não deverá ser assim entre vós*».

E está escrito em *Marcos*, 10, [42-43]: «*Mas Jesus chamando-os disse-lhes: “Sabeis que os que vemos governar os gentios os dominam e os seus príncipes exercem o poder sobre eles. Não deverá ser assim entre vós”*». E, em seu *Evangelho*, 22, [25-26], Lucas relata o que Cristo diz: «*Os reis dos gentios dominam sobre eles e os que exercem um poder sobre eles são chamados benfeitores. Vós, porém, não deveis ser assim*».

Com base nessas palavras, é preciso entender que nenhum apóstolo devia exercer um poder sobre os outros. Logo, nem São Pedro recebeu de Cristo um poder ou uma preeminência sobre os outros Apóstolos.

Estudante: Esses textos não parecem servir ao propósito. De fato, as mencionadas palavras de Cristo devem ser entendidas com respeito ao poder temporal. Ora, São Pedro não recebeu de Cristo um poder temporal sobre os Apóstolos, mas, um poder espiritual. Por esse motivo, graças aos referidos textos não se pode comprovar senão que São Pedro não exerceu um poder temporal sobre os outros Apóstolos tal qual se sabe que os reis e os príncipes temporais exercem sobre os gentios.

Professor: [Tais professores] tentam contestar esta réplica, demonstrando que Cristo proibiu a qualquer apóstolo exercer todo poder temporal e espiritual sobre os outros Apóstolos. De fato, como se lê em *Extra das decretais*, título *De verborum significatione*, cânon, *Intelligentia*, [X 5. 40.6, col. 913/1933], Hilário testemunha: «*O significado do que Jesus disse, deve ser retirado dos motivos que O levaram a dizer [tal coisa]*». Portanto, as mencionadas palavras de Cristo, devem ser interpretadas de acordo com a causa que O levou a dizê-las. Ora, Cristo disse tais palavras, na ocasião que se Lhe apresentou, devido a uma disputa surgida entre os Apóstolos, acerca de qual deles seria o maior. De fato, no *Evangelho de Lucas*, 22, [25-25], está escrito o seguinte: «*Ora, surgiu uma disputa entre eles, acerca de*

qual deles seria o maior». Então, Ele lhes disse: «*Os reis dos pagãos*», etc. Entretanto, a disputa entre eles não era a respeito da precedência no âmbito temporal, mas, [246] na esfera espiritual. Portanto, quando Cristo os proibiu de ter um poder, Ele não só incluiu o poder temporal, mas, também o espiritual. Logo, São Pedro não recebeu de Cristo nem o poder temporal nem o poder espiritual sobre os outros [Apóstolos].

Além disso, se algum poder ou preeminência espiritual foi dado a São Pedro por Cristo sobre os outros Apóstolos, foi-lhe atribuído, mediante aquelas palavras que se encontram no último capítulo do *Evangelho de João*, [21, 17]: «*Apascenta as minhas ovelhas*». Mas, por intermédio daquelas palavras, nenhum poder espiritual ou primado foi-lhe dado sobre os outros Apóstolos. Logo, ele não recebeu de Cristo o primado sobre os outros Apóstolos. A [premissa] maior deste raciocínio é aceita pelos outros. A [premissa] menor é comprovada porque apascentar espiritualmente as ovelhas não acontece senão triplamente, a saber, mediante o ensinamento salutar, a vida exemplar e a disciplina e a correção. Ora, qualquer um desses modos de apascentar as ovelhas de Cristo foi comum a todos os Apóstolos. De fato, todos os Apóstolos de Cristo deviam apascentar por meio da doutrina todas as ovelhas de Cristo, segundo o que está escrito em *Mateus*, último capítulo, [28, 19-20], conforme a própria Verdade testifica, ao dizer: «*Portanto, ide e ensinai a todas nações, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-as a observar tudo aquilo que vos ensinei*».

Todos também deviam apascentar, [as ovelhas de Cristo], mediante uma vida exemplar, conforme Ele próprio lhes disse, em *Mateus*, 5, [14,16]: «*Vós sois a luz do mundo*» e, na continuação: «*Assim, brilhe a vossa luz diante dos homens, a fim de que vejam vossas boas obras e glorifiquem o vosso pai que está nos céus*».

E em *João*, 20, [23] está escrito como devia ser o modo de apascentar [as ovelhas de Cristo], mediante a correção e a disciplina, quando Ele lhes disse: «*Aqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados e aqueles aos quais não perdoardes, ser-lhes-ão retidos*», onde se vê que Cristo concedeu a todos os Apóstolos o poder de corrigir os outros.

Estudante: Este argumento não conclui nada, porque a São Pedro foi dado o poder de corrigir todos os cristãos, não só no foro da consciência, mas também, no foro da Igreja, enquanto aos outros Apóstolos, foi-lhes dado somente o poder de corrigir no foro da consciência, quando Cristo lhes disse: «*Aqueles a quem perdoardes*» etc.

[247] **Professor:** Eles tentam redarguir esta resposta assim: ao estabelecer o modo de corrigir no foro da consciência, Cristo não atribuiu nada de especial a São Pedro e, ao instituir o poder de corrigir no foro da Igreja, Ele o atribuiu à comunidade eclesial, ao dizer em *Mateus*, 18, [15-18]: «*Se o teu irmão pecar contra ti, vai e corrige-o apenas entre ti e ele. Se ele te ouvir, ganhaste o teu irmão; mas, se ele não te ouvir, leva contigo mais um ou dois, a fim de que toda a questão seja decidida pela palavra de duas ou três testemunhas. E se ele não os ouvir, dize-o à Igreja, mas, se nem mesmo à Igreja der ouvido, trata-o como um gentio ou publicano*».

Dessas palavras de Cristo, é preciso entender que Ele deu à Igreja o poder de corrigir no foro eclesial, não a algum apóstolo em particular.

Estudante: Nessas palavras, fala-se a respeito da correção fraterna, não da correção judiciária, no foro eclesial.

Professor: Eles refutam [a objeção], dizendo que, no princípio do texto, Cristo fala a respeito da correção fraterna que, ao menos frequentemente deve preceder a correção judiciária. Ao final, Ele fala acerca da correção judiciária no foro da Igreja, ao dizer: «*Mas, se não os ouvir, dize-o à Igreja, mas se nem mesmo à Igreja der ouvido, trata-o como um gentio ou publicano*».

Estudante: Como isto pode ser defendido, quer dizer, que Cristo atribuiu o poder de corrigir no foro da Igreja somente à comunidade eclesial, quando, na verdade, o apóstolo Paulo excomungou um coríntio e na *1ª Epístola a Timóteo*, 1, [20] ele afirma que tinha entregue algumas pessoas a Satanás?

Professor: Responde-se à objeção, dizendo que, mediante à atribuição de Cristo, somente a comunidade dos fiéis tem o poder de corrigir no foro da Igreja. Todavia, Ele não impôs à comunidade dos fiéis um modo exclusivo de corrigir os delinquentes, a saber, que ela pudesse corrigi-los por si mesma, como a um todo, quando fosse oportuno ou, que pudessem ser corrigidos por uma pessoa particular, a qual poderia agir em lugar da comunidade. E, por isso, a comunidade podia atribuir a uma determinada pessoa o poder de corrigir e, [248] assim, afirmam eles, que São Paulo recebeu o poder de corrigir da comunidade dos fiéis de uma ou de várias províncias.

Estudante: Conforme essa resposta, então, decorre que Cristo não deixou nenhuma cabeça para a Igreja.

Professor: Essas pessoas concedem que Cristo não deixou uma cabeça para a Igreja que, mediante um decreto d'Ele, tivesse o poder para corrigir os delinquentes no foro eclesial. Entretanto, como Ele tampouco proveu insuficientemente a Igreja, porque, ao ter ordenado que ela tivesse o poder de corrigir [os pecadores], dispôs que a mesma tivesse o poder de eleger para si uma ou muitas cabeças, conforme a diversidade das províncias, ou melhor, eles dizem que é para o bem comum da comunidade eclesial, que ela tem o poder de escolher para si uma ou muitas cabeças, mas também, que se lhe parecer oportuno, possa vir a depô-la.

Portanto, como Cristo organizou otimamente a Igreja, atribuiu-lhe o poder de escolher para si uma ou muitas cabeças, pois, assim como muitas vezes convém a uma comunidade ter uma cabeça, assim também, às vezes, pode ser-lhe proveitoso ser governada por muitos e, igualmente também, às vezes convém-lhe ter um governante perpétuo e, às vezes, não lhe convém ter um reitor perpétuo, mas, apenas, por um tempo determinado. E por isso, em algumas comunidades seculares, não está impudentemente ordenado que seus governantes renunciem ao cargo que exercem ou que sejam totalmente destituídos a cada ano ou após três meses ou em seguida a um determinado número de meses, de anos ou dias e, em certas comunidades também não há apenas um homem governando sozinho, mas vários.

Ora, no tocante a o que foi dito, propõe-se um argumento, segundo o qual, ao se instituir um governo para alguma comunidade, é preciso levar em conta não só as condições e os costumes dos súditos, mas também, as condições e os costumes daqueles que hão de governar. E por isso, como pode acontecer que numa comunidade não se encontre alguém idôneo e capaz, de modo que, sozinho assuma o governo da comunidade, em tal, caso, não um, mas, muitos governarão mais utilmente a comunidade. Entretanto, quando numa comunidade, uma pessoa idônea é encontrada, a fim de que governe sozinha e os súditos espontaneamente suportem o seu governo, então, é melhor que uma pessoa, ao invés de muitas, presida a comunidade.

Portanto, devido à múltipla diversidade de pessoas, lugares e ocasiões, quanto a isto, é impossível propor uma regra segura. Logo, quando é impossível dar convenientemente uma regra precisa, [249], [quanto a isto], Cristo nunca deu uma regra precisa à Igreja e, disso segue que, de modo algum Ele ordenou que uma cabeça sempre a governasse, pois, muitas vezes, isto poderia redundar-lhe em prejuízo.

Estudante: Essas pessoas tentam abolir completamente o poder do Sumo Pontífice! Mas, voltemos ao assunto em exame e diga, se os que asseveram isso, tentam arrimar sua opinião de outra maneira, a saber, que São Pedro não recebeu de Cristo o poder ou primado sobre os outros Apóstolos.

Professor: Eles tentam igualmente fundamentar essa asserção, recorrendo a textos dos santos padres e, em primeiro lugar, com um texto de Santo Anacleto que viveu próximo do tempo dos Apóstolos e, por esse motivo, esteve mais a par dos feitos deles. Ora, de acordo com o que está escrito na Distinção 21, cânon *In novo*, [col. 69], o mencionado Anacleto diz: «*No Novo Testamento, depois do Cristo Senhor, a ordem sacerdotal começou com Pedro, porque, na Igreja de Cristo, o pontificado foi-lhe dado em primeiro lugar, quando o Senhor disse-lhe: “Tu és Pedro e sobre esta pedra eu edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. E eu dar-te-ei as chaves do reino dos céus”. Portanto, foi este homem que primeiramente recebeu do Senhor o poder de ligar e desligar e foi o primeiro que, graças à virtude de sua pregação, conduziu o povo à fé, mas, os demais Apóstolos, em paridade de condição com ele próprio receberam a honra e o poder*». Dessas palavras, essas pessoas inferem que São Pedro não recebeu nenhum poder sobre os outros Apóstolos, por força de uma determinação de Cristo, seja porque Anacleto não só afirma que eles foram iguais em honra e poder, mas também, que o pontificado dado a São Pedro consiste no poder de ligar e desligar. Ora, quanto a este poder, todos os outros Apóstolos foram iguais. Logo, quanto ao pontificado, foram iguais.

Estudante: Esse texto não serve ao propósito deles, porque, a *Glosa* comenta esse passo, dizendo: «*Todo bispo é igual ao Apostólico no que concerne ao [sacramento da] Ordem e em razão da consagração. Todavia, Pedro foi maior do que eles quanto à administração*». [*Glosa sobre a palavra «pari»*, col. 1223].

[250] **Professor:** Alguns de entre os que afirmam o que foi dito acima, dizem que esta glosa, aqui, está errada, porque claramente distorce o texto, pois este afirma que, no tocante ao poder, todos os Apóstolos eram iguais a São Pedro. Ora, a administração é um dado poder ou um ato de poder. Por isso, quanto à administração, de modo algum, Pedro foi superior aos outros Apóstolos.

Igualmente, eles comprovam a predita afirmação, isto é, que São Pedro de modo algum foi superior aos outros Apóstolos, com base num texto de Cipriano que se encontra na Causa 24, questão 1, cânon, [18], *Loquitur*, [col. 971], no qual ele diz: «*O Senhor falou a Pedro: “Eu te digo que tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”. Ele edificou a Igreja sobre um e, embora, após Sua Ressurreição, tenha atribuído um poder igual a todos os Apóstolos, ao dizer: “Assim como o Pai me enviou, assim também eu vos envio: recebei o Espírito Santo”, entretanto, a fim de que mostrasse claramente a unidade, graças à Sua autoridade pessoal, Ele dispôs que a origem dessa unidade, começasse a partir de um homem. Por isso, os demais Apóstolos sabiam que em tal consórcio eram iguais a Pedro em honra e poder*». Dessas palavras é preciso entender que, embora, Pedro tenha anteriormente recebido o poder de Cristo, depois, entretanto, os Apóstolos receberam poder igual e, assim, desde então, graças à disposição de Cristo, Pedro não lhes foi superior em poder e, por conseguinte, tampouco, de modo algum, lhes foi superior quanto à administração.

Também comprovam isto, mediante um texto de Santo Agostinho que se encontra na Causa 2, questão 7, cânone, [33], *Paulus*, [col. 493]. Diz ele: «*Paulo repreendeu Pedro, o que não teria feito, se não soubesse que era igual a ele*».

Estudante: A *Glosa* contesta isto, [quer dizer, sobre a palavra *imparem*, col. 923], dizendo que ele sabia que era igual [a Pedro] «*em mérito, não quanto à administração*».

Professor: Eles consideram essa resposta falsa e frívola. Dizem que ela falsa, porque, embora, Paulo soubesse que estava [agindo] na caridade e tivesse muitos méritos, todavia, ele não sabia que era igual a São Pedro nos méritos – antes, como era verdadeiramente humilde, é provável que achasse que São Pedro o ultrapassasse em santidade. [251] Nem de outro modo, a não ser por uma revelação, pôde saber que era igual a São Pedro em merecimento. Ora, não

se lê que Deus tenha revelado a São Paulo que era igual a São Pedro nos méritos. Logo, é temerário dizer que São Paulo sabia que era igual a São Pedro, pois o que não provém das escrituras autênticas é temerariamente dito.

Essa resposta é, igualmente, frívola, porque, quanto a isto, que alguém repreenda outra pessoa, não se requer que lhe seja igual no tocante aos méritos, pois, então, jamais, uma pessoa pior poderia repreender alguém melhor. Logo, Agostinho entende que Paulo era igual a São Pedro em poder e que não lhe estava subordinado nem na administração, nem tampouco em quaisquer outras coisas que dizem respeito à superioridade e ao poder.

Capítulo 16

Estudante: Não imaginava que houvesse tantos textos que podiam ser alegados a favor desta afirmação herética. Entretanto, agora, não quero ouvir mais argumentos [a respeito dela], embora, noutra oportunidade, queira discuti-la cuidadosamente. Entretanto, a fim de que possa compreender melhor a contestação à verdade católica, mostre-me como essa mesma verdade pode ser robustecida mediante a apresentação de textos dos nossos antepassados. Mas, de modo algum, não explicitie qual das afirmações considera mais verdadeira.

Professor: Pode-se comprovar de muitos modos que São Pedro recebeu de Cristo o poder e o primado sobre os demais apóstolos, primeiramente, dizendo que: aquele a quem o cuidado e o governo de todo o rebanho do Senhor, no tempo dos Apóstolos, foi atribuído por Cristo, inclusive sobre eles próprios que, então, faziam parte do rebanho d'Ele, também recebeu do Senhor o governo e o cuidado deles. Ora, o cuidado e o governo de todo o rebanho do Senhor foi atribuído por Cristo a São Pedro, quando, no último capítulo do *Evangelho de João*, [21, 17], disse-lhe: «*Apascenta as minhas ovelhas*», não tendo feito nenhuma distinção entre essas e aquelas ovelhas. Logo, os Apóstolos que, de modo algum podem deixar de ser incluídos entre as ovelhas de Cristo, foram entregues ao cuidado e ao governo de São Pedro.

[252] Em segundo lugar [isto pode ser comprovado] assim: os Apóstolos estavam subordinados àquele a quem foram simultaneamente dados os poderes sobre o império celeste e terrestre. Ora, no tempo dos Apóstolos tais poderes foram atribuídos a São Pedro, de acordo com o que testemunha o papa Nicolau, conforme está escrito na distinção 22, cânon 1, [col. 73/129], «*Aquele que, erigiu [a Igreja Romana] sobre a pedra da fé nascente, de igual modo, tornou São Pedro simultaneamente clavífero da vida eterna e, concedeu-lhe os poderes sobre os impérios celeste e terrestre*». Logo, os Apóstolos que, então, existiam estavam subordinados a São Pedro.

Em terceiro lugar [isto pode ser confirmado] assim: a cabeça é conhecida por ter a preeminência sobre os outros membros. Ora, São Pedro foi cabeça dos Apóstolos, segundo testemunha o papa Leão, conforme está escrito na Distinção 19, cânone *Ita Dominus*, [c. 7, col. 62/109], o qual declara: «*Desta forma, nosso Senhor Jesus Cristo, Salvador do gênero humano, dispôs que a verdade, que antes estava implicitamente contida na Lei e nos profetas, fosse anunciada pela trombeta apostólica para a salvação universal, como tinha sido escrito: “A tua voz correu por toda terra; e as tuas palavras até aos confins do mundo”*». [Rm 10, 18]. *Mas, embora, o Senhor tivesse querido que o mistério deste serviço fosse da incumbência de todos os Apóstolos, entretanto, Ele atribuiu isso principalmente a São Pedro, o mais importante de todos, a fim de que, dele, como se fosse uma espécie de cabeça, seus dons se espalhassem por todo o corpo*». Dessas palavras se infere evidentemente que São Pedro foi estabelecido por Cristo cabeça dos Apóstolos. Logo, ele obteve de Cristo a preeminência sobre eles.

Em quarto lugar, [isto pode ser comprovado] assim: aquele que, no tempo dos Apóstolos, instituiu sacerdotes para todas as igrejas, gozava da preeminência sobre os próprios Apóstolos. Ora, no tempo dos Apóstolos, São Pedro estabeleceu sacerdotes para todas as igrejas,

segundo um texto do papa Inocêncio, consoante está escrito na distinção 11, cânon *Quis nesciat*, [c. 11, col. 26/51], o qual afirma o seguinte: «*Como é evidente, ninguém fundou igrejas em toda a Itália, Gálias, Espanhas, África, Sicília e ilhas adjacentes senão aqueles a quem o venerável apóstolo Pedro e ou seus sucessores instituíram como sacerdotes*». Logo, São Pedro gozou duma preeminência sobre os outros Apóstolos.

Em quinto lugar, [isto pode ser provado] assim: São Pedro tinha recebido o poder de governar todos os Apóstolos, como testemunha o [papa] Gregório, de acordo com o que está escrito na causa 2, questão 7, cânon *Petrus*, [c. 40, col. 496/927], o qual diz: «*Pedro tinha recebido o poder de governar e, apesar de ter sido o primeiro entre os Apóstolos aceitou as reclamações que faziam contra ele*». Logo, São Pedro teve uma preeminência sobre os Apóstolos.

[253] Estudante: Não é preciso que aduza mais argumentos a favor da predita verdade, posto que a autoridade da Igreja deve ser considerada suficiente para garanti-la. De fato, a Igreja universal canta a respeito de São Pedro: «*Tu és o pastor das ovelhas, o príncipe dos Apóstolos*». Por esse motivo, passa às outras quatro asserções que mencionastes e apresenta, resumidamente, os argumentos em que estão fundamentadas.

Capítulo 17

Professor: A segunda asserção das mencionadas pessoas é que são Pedro não foi bispo de Roma e a afirmam, em razão de em toda a Escritura divina, ao narrar os atos dos Apóstolos, de modo algum estar escrito que São Pedro esteve em Roma e, por isso, não lhes parece verossímil que tenha governado a Igreja Romana e que são Lucas não tivesse feito nenhuma menção a respeito disso.

A terceira afirmação deles é que foi mediante uma decisão dos Apóstolos que São Pedro exerceu a autoridade sobre eles. E comprovam isto, fundamentados no texto de Santo Anacleto que se encontra na distinção 21, cânon *In novo*. Com efeito, falando a respeito de São Pedro, ele diz: «*Na verdade, os demais Apóstolos como eram iguais a ele em honra e no poder que tinham recebido, quiseram que ele fosse o líder deles*». Logo, foi mediante a eleição dos Apóstolos que São Pedro foi escolhido líder deles.

Capítulo 18

A quarta asserção deles é que, com base numa decisão de Cristo, nenhum sacerdote exerce algum poder sobre os outros [sacerdotes], nem tampouco que, graças a uma determinação de Cristo, algum deles possui um poder sobre o rebanho que lhe foi confiado mais do que o outro, mas, que toda superioridade de um sacerdote sobre outro foi estabelecida por eles próprios, para o bem comum, como um remédio para o cisma.

Eles tentam comprovar isto mediante um texto de Jerônimo que foi inserido na Distinção 93, cânone, [24], *Legimus* [col. 327/595]. Com efeito, diz ele: «*Embora o Apóstolo claramente ensine que os bispos e os presbíteros sejam iguais, quem se dispõe a servir as mesas e as viúvas etc.?*». E um pouco mais adiante: «*Ouve outro [254] testemunho no qual está claramente dito ou comprovado que não há diferença entre um bispo e um presbítero: “Por isto te deixei em Creta: para cuidares da organização das coisas que precisam ser corrigidas e, ao mesmo tempo, para que ordenes presbíteros em cada cidade, como te prescrevi, isto é, que ele não seja criminoso, que seja esposo de uma só mulher, cujos filhos tenham fé e não possam ser acusados de dissolutos nem de insubordinados, pois, na condição de despenseiro de Deus, é preciso que o bispo seja irrepreensível”*[Epístola a Tito, 1, 5-7]. E [na 1ª a] Timóteo, [4, 14] diz: “*Não descuides do dom de graça que há em ti, o qual te foi conferido mediante*

profecia e pela imposição das mãos do presbítero". E em sua 1ª Epístola, [5,1], Pedro diz: "Aos presbíteros que estão entre vós, exorto eu que também sou presbítero como eles". E adiante: «Parecem-te insignificantes os testemunhos de tão grandes homens? O filho do trovão a quem Jesus muito amou, que do coração do Salvador bebeu o ensinamento que fluía, ressoe sua trombeta evangélica: "O presbítero à senhora eleita e à sua criança a quem amo na verdade" [2 Jo, 1]. E noutra Epístola, ele diz: "O presbítero, ao caríssimo Gaio, a quem amo, na verdade" [3 Jo, 1].

Ora, mais tarde, foi decidido que uma pessoa seria eleita e posposta à frente dos outros, como remédio para o cisma, a fim de que, qualquer um arrebatando o poder para si, não cindisse a Igreja de Cristo. Por isso, em Alexandria, desde Marcos evangelista até Beda e Dionísio, bispos, os presbíteros sempre elegiam um entre eles, a quem designavam bispo, para ocupar o lugar mais importante, do mesmo modo como o exército escolhe um imperador para si próprio». [Defensor da paz II, c. 15, § 8, 1997, p. 414-415]

Essas pessoas coligem de tais palavras que, graças a uma determinação de Cristo, não houve nenhuma superioridade entre os presbíteros, a respeito de quem São Jerônimo dá exemplos e, quando, depois de tudo o que foi dito e dos referidos exemplos, ele afirma: «*Ora, mais tarde, foi decidido que uma pessoa seria eleita e posposta à frente dos outros, como remédio para o cisma*».

Dessas palavras é preciso entender que, depois que Cristo instituiu [o sacerdócio], a prelação de um presbítero sobre outros foi estabelecida pelos próprios presbíteros. Ora, São Jerônimo apresenta como exemplos São Pedro, São João evangelista e outros presbíteros a serem instituídos por Timóteo. Logo, graças a uma determinação de Cristo, São Pedro não gozou de nenhuma primazia sobre quaisquer outros presbíteros. E disto eles concluem que, não foi por força de uma determinação de Cristo, que um presbítero é superior a outro, mas, apenas graças a uma decisão humana.

[255] Item eles também demonstram que, com base num texto de São Jerônimo, ao comentar uma passagem da *Epístola a Tito*, o qual foi inserido na Distinção 95, cânon, [5], *Olim*, [332/607], por força de uma determinação de Cristo, os bispos particularmente não têm uma superioridade sobre os presbíteros. Diz ele: «*Outrora, alguém que era presbítero, igualmente era bispo, mas por causa da instigação do diabo, surgiram os estudos sobre a religião e falava-se entre os povos que, eu sou de Paulo, eu sou de Apolo, eu sou de Céfás e as igrejas eram governadas por um concílio geral dos presbíteros. Entretanto, depois que cada um deles começou a pensar que os que tinham batizado não pertenciam a Cristo, mas a ele próprio, em todo mundo foi decretado que um dos presbíteros seria posto à frente dos outros a fim de que as sementes dos cismas fossem eliminadas*». E um pouco mais adiante: «*Portanto, assim como os presbíteros sabem que pelo costume da Igreja estão subordinados àquele foi escolhido para estar à frente deles, assim também, os bispos sabiam que eram mais importantes do que os presbíteros, por força do costume, mais do que a verdade da partilha do Senhor e que deviam governar a Igreja em conjunto*».

Dessas palavras, como parece, afirma-se claramente que, por força de uma determinação do Senhor, não havia diferença alguma entre os bispos e os presbíteros. Daí, tais pessoas afirmarem que qualquer presbítero era bispo e, por esse motivo toda diferença entre o papa e os patriarcas e arcebispos e entre os bispos e os presbíteros começou a partir de uma decisão humana, não devido a uma determinação de Cristo.

Capítulo 19

A quinta asserção dessas mencionadas pessoas é que a igreja Romana antes da época de Constantino não teve o primado sobre as outras igrejas. E, na verdade, a sexta afirmação deles

é que a Igreja romana obteve o primado ou um governo sobre as outras igrejas do imperador Constantino.

Elas tentam comprovar simultaneamente essas duas asserções assim: o imperador Constantino estabeleceu que o Pontífice Romano fosse a cabeça de todas as igrejas. Logo, a Igreja Romana obteve de Constantino, e não antes, o governo das outras Igrejas. Comprova-se a premissa antecedente, mediante aquilo que se lê no *Decreto*, Distinção 96, [cânon 13, *Constantinus*, col. 342/623] e que se recolhe das gestas de São Silvestre, na qual está escrito que: «No quarto dia após seu batismo, o imperador Constantino concedeu um privilégio ao pontífice da Igreja Romana, de acordo com o qual em, todo o orbe romano os pontífices ou sacerdotes o teriam como cabeça, do mesmo modo como os juízes têm os reis [como cabeças]». E infra: «Decretamos que esta sacrossanta Igreja Romana seja reverentemente honrada, assim como o é o nosso poder imperial e que a sé sacratíssima de São Pedro seja mais gloriosamente exaltada do que nosso império e trono terrenos e que lhe sejam atribuídos o poder, a glória, a dignidade, a força e a honra imperiais. E sancionamos, mediante um decreto, que ela exerça uma preeminência tanto sobre as quatro sés, a saber, a de Alexandria, a de Antioquia, a de Jerusalém e a de Constantinopla, como também sobre todas as igrejas de Deus espalhadas por todo o orbe terrestre. E o pontífice que, em qualquer momento, presidir a própria sacrossanta Igreja Romana seja o mais eminente e o primeiro dentre todos os sacerdotes de todo o mundo e que o seu julgamento acerca do que concerne ao culto de Deus e à fé dos cristãos e à estabilidade seja firmemente observado». Como parece, é preciso entender dessas palavras, que a Igreja Romana não obteve o primado sobre as demais igrejas, senão de Constantino.

Capítulo 20

Estudante: Essa afirmação sobre o primado da Igreja Romana não me agrada. Por isso, tenta comprovar a asserção contrária com argumentos.

Professor: Pode-se explicar de três modos diferentes que a Igreja Romana obteve o primado sobre todas as outras igrejas, antes da época de Constantino. O primeiro modo é dizendo que ela obteve o primado por intermédio da autoridade dos concílios gerais. Daí, no *Decreto*, distinção 17, parágrafo «*Hinc etiam*», [col. 52], se ler: «Sabemos que, primeiramente, devido ao mérito de São Pedro apóstolo e, em seguida, observando a ordem do Senhor, a autoridade dos veneráveis concílios atribuiu-lhe um poder especial sobre as igrejas». Recolhemos dessas palavras que os veneráveis concílios atribuíram à sé de São Pedro um poder especial sobre as igrejas.

[257] Capítulo 21

Professor: Rebate-se [aquela afirmação] de outro modo, afirmando que a Igreja Romana recebeu o primado e autoridade sobre todas as igrejas diretamente de Cristo, quando Ele ordenou São Pedro sumo pontífice, ao dizer-lhe: «*Tu és Pedro*» etc.

De acordo com o que está escrito no *Decreto*, Distinção 21, cânon *Quamvis*, o papa Pelágio [Gelásio] parece acreditar convitadamente nisto ao dizer: «A santa Igreja Romana católica e apostólica não foi estabelecida à frente das demais igrejas mediante decretos sinodais, mas obteve o primado em razão das palavras evangélicas de nosso Senhor e Salvador, O qual disse: “*Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja*”».

O papa Nicolau também parece afirmar isto, conforme se lê na Distinção 22, cânon 1, ao dizer: «A Igreja Romana instituiu todos os ápices patriarcais, o primado dos metropolitans, as sés dos bispos e a dignidade da ordem de quaisquer igrejas. Na verdade, foi apenas Ele que a fundou, e, em seguida, erigiu-a sobre a pedra da fé nascente». E mais adiante: «Logo,

não foi uma decisão humana qualquer, mas foi o Verbo, mediante o qual foram feitos o céu e a terra, que fundou a Igreja Romana».

Santo Anacleto também parece concordar como esses dois [papas], de acordo com o que se encontra escrito na mesma distinção, cânon, [2], *Sacrossanta*, [73/129], o qual diz o seguinte: «A sacrossanta Igreja Romana obteve o primado não dos Apóstolos, mas do próprio Senhor e Salvador nosso, o qual disse a São Pedro: “Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha igreja”».

Igualmente, o papa Gelásio parece concordar com isto, conforme lemos na Causa 9, questão 3, cânon, [17], *Cuncta* [col. 611/1159]. De fato, ele diz o seguinte: «Sem que nenhum sínodo anterior tenha ordenado isso, a Sé Apostólica tem o poder tanto para anular o que foi determinado por um sínodo injusto, quanto para condenar algo independentemente de ter havido um sínodo, [258] aos quais foi atribuído esse poder e, isto certamente, devido à sua autoridade, a qual São Pedro apóstolo por meio da palavra do Senhor sempre teve e há de ter».

Item de acordo com o que se encontra escrito na Causa 24, questão 1, cânon, [16], *Cum beatissimus*, [col. 971/1837], o papa Leão diz: «Como o santíssimo apóstolo Pedro recebeu a autoridade do Senhor, a Igreja Romana também a possui, pois foi estabelecida por ele».

Com base em todos esses [cânones] deve-se entender que a Igreja Romana recebeu do próprio Cristo, antes de Sua Ascensão ao céu, o primado sobre todas as igrejas e o manteve.

Capítulo 22

Professor: O terceiro modo de rebater tal afirmação, é dizendo que a Igreja Romana não recebeu diretamente de Cristo o primado sobre as outras Igrejas e que, durante muitos anos, após a Ascensão do Senhor, não esteve subordinada a outra igreja, nem tampouco primeiramente recebeu o primado dos concílios ou, ainda, do colégio dos Apóstolos, mas, primária e imediatamente obteve o primado de São Pedro, ao transferir sua sé episcopal para Roma e para a Igreja Romana, estabelecendo-a à frente de todas as outras igrejas e, por esse motivo, o obteve indiretamente de Cristo.

De fato, São Pedro foi escolhido papa e prelado de toda Igreja pelo Salvador, antes de Sua Ascensão, recebeu o primado para si próprio e para seus sucessores e, também, para a igreja aonde ele dispusesse estabelecer a sua sé. E por esse motivo, porque transferiu sua sé de Antioquia para Roma e, depois, nunca a transferiu para outra igreja, desde então, a Igreja Romana obteve o primado sobre as outras Igrejas.

Conforme se encontra escrito na causa 24, questão 1, cânon [15] *Rogamus*, [col.970/1835], escrevendo a todos os bispos estabelecidos para a igreja de Antioquia, Marcelino parece afirmar isto. Diz ele: «Irmãos caríssimos, rogo-vos que não ensineis, nem acrediteis em algo diferente daquilo que recebestes de São Pedro apóstolo, dos outros Apóstolos e dos antepassados. De fato, ele é a cabeça de toda a Igreja, a quem o Senhor falou: ‘Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja’. Sua sé primeiramente esteve entre vós, mas depois, tendo assim ordenado o Senhor, foi translata para Roma e, hodiernamente, com a graça divina, [259] presidimos. Ora, se a Igreja de Antioquia que, outrora, era a primeira, cedeu o lugar à igreja Romana, não há nenhuma igreja que esteja subordinada à sua autoridade».

Desses [textos] tais pessoas tentam inferir muitas conclusões relacionadas com seu propósito. A primeira delas é que, antes de Sua Ascensão, o Senhor constituiu São Pedro cabeça de toda a Igreja. De acordo com o que se encontra escrito na Distinção 22, cânon, [2], *Sacrossanta*, 2, col. 73], o papa Anacleto também afirma isto claramente ao dizer: «Entre os santos Apóstolos houve uma certa diferença [quanto ao poder] e, embora, todos fossem Apóstolos, entretanto, tal diferença foi concedida a Pedro pelo Senhor e, eles próprios quiseram isso, a

saber, que ele estivesse à frente deles e que Pedro, Céfas, isto é, a cabeça e o primaz, tivesse o apostolado». Cristo prometeu-lhe isto quando, em *João*, 1, [42] disse: «Tu serás chamado Céfas».

A segunda conclusão que eles coligem do que está escrito [nos citados textos] é que a igreja de Antioquia teve o primado sobre as outras igrejas, porque, assim como São Pedro foi o primeiro e o principal de todos os cristãos, assim também, sua sé foi a primeira entre todas as igrejas. Ora, antes que tivesse a sé Romana, São Pedro teve a sé antioquena, como, aqui está escrito. É o que também afirma Anacleto dizendo no texto acima citado: «A terceira sé, em Antioquia, é honorável por causa do próprio São Pedro apóstolo. Aí ele teve sua sé antes que tivesse vindo para Roma». E com isso concorda o papa Antero, conforme está escrito na distinção 7, questão 1, cânon, [34], *Mutaciones*, [col. 579/1101], ao dizer: «Tendo sido feito nosso mestre e príncipe dos Apóstolos, São Pedro se transferiu da cidade de Antioquia para Roma, para que aí mesmo pudesse ser mais útil».

Depreende-se dessas [palavras] que, São Pedro teve sua sé primeiramente em Antioquia onde esteve durante sete anos, de acordo com o que está relatado nas crônicas e, assim, durante sete anos a igreja antioquena teve o primado sobre todas as outras igrejas, inclusive sobre a Romana, se, então, alguns romanos já tivessem se convertido

A terceira conclusão que eles deduzem do que foi dito [nos citados textos] é que depois da igreja Antioquena a Romana obteve o primado e, assim, após a Ascensão do Senhor transcorreram onze anos antes que a igreja Romana tivesse obtido o primado sobre as outras igrejas. Disso eles concluem que, antes da Ascensão do Senhor, jamais houve uma primazia [entre elas].

[260] Estudante: Se o que foi dito fosse verdade, então, durante quatro anos a igreja jerosolimitana teria tido o primado sobre todas outras igrejas, porque, segundo o que está escrito nas crônicas, depois da Paixão do Senhor, antes que tivesse escolhido para si próprio a sé de Antioquia, durante quatro anos, Pedro teve a sé de Jerusalém e, não se lê que sua sé tivesse sido noutro lugar. Logo, durante aquela ocasião, a igreja de Jerusalém teve o primado sobre todas as outras igrejas, o que, entretanto, não parece ser verdade.

Professor: A isto se responde dum modo, dizendo que, durante quatro anos, São Pedro teve uma cátedra, não tendo escolhido nenhuma igreja para si, mas, na condição de prelado e príncipe de todos eles tinha sua cátedra onde quer que desejasse. Mas, passados quatro anos, escolheu para si uma sé em Antioquia, não tendo querido instituir outra pessoa como bispo, enquanto aí esteve. E por esse motivo, a Igreja de Jerusalém não foi a primeira, porque, de acordo com o que está escrito na *Legenda de São Tiago*, após a Paixão do Senhor, o próprio São Tiago foi imediatamente ordenado pelos Apóstolos como bispo dos jerosolimitanos e, por causa disso, São Pedro não se apropriou daquela Igreja, entretanto, ele estava à frente dos demais [apóstolos] e, além dele, ela tinha um bispo particular, todavia, foi diferente o que ocorreu com a igreja de Antioquia.

Estudante: Agora, desejo saber se, de acordo com o pensamento dessas pessoas, o papa poderia transferir a sé papal de Roma para outra cidade.

Professor: Quanto a isto, alguns deles respondem que isso pode ser legalmente feito, mediante a autoridade que o sumo pontífice possui. O argumento deles é que, no tocante à sé apostólica, o papa tem tanto poder quanto São Pedro teve. Logo, como devido à utilidade, ele transferiu sua sé de uma cidade para outra, assim também, o papa poderia transferir a sé papal de Roma para outra cidade.

Estudante: Se o papa transferisse sua sé para Paris, por acaso, essas pessoas concederiam que a igreja parisiense obteria a primado, graças à palavra do Senhor, constante do evangelho?

Professor: Diriam que sim, pois, assim como, agora, falam a respeito da igreja Romana que ela obteve o primado, graças à palavra do Senhor, constante do evangelho, porque antes de Sua Ascensão, conforme testemunha o evangelista, o Senhor atribuiu o primado a São Pedro, a quem, igualmente, deu o poder para estabelecer qualquer igreja que ele escolhesse [261] para ser sua sé sobre todas as outras igrejas, igualmente, seria dito que a igreja de Paris teria obtido o primado sobre as outras igrejas, graças à palavra do Senhor, constante do evangelho, porque antes de Sua Ascensão, na pessoa de São Pedro, deu o poder de estabelecer qualquer igreja à frente de todas as outras igrejas.

Estudante: Por acaso essas pessoas defendem que o papa pode transferir sua sé de Roma?

Professor: Muitos deles afirmam que o papa, por sua própria autoridade, não poderia fazer isso, porque, tendo o Senhor ordenado, Pedro transferiu sua sé de Antioquia para Roma e, por isso, o papa não poderia transferir por sua própria autoridade a sé de Roma, exceto se o próprio Senhor lhe ordenasse fazer isso.

Estudante: Apresente outra resposta à objeção pela qual se demonstra que, durante quatro anos, a igreja jerosolimitana teve o primado sobre todas as outras igrejas.

Professor: Outra resposta é que é verdade que a igreja jerosolimitana teria tido o primado sobre todas as outras igrejas durante tanto tempo quanto São Pedro aí teve a sua sé.

Fecha de recepción: día 1 de abril de 2016

Fecha de aceptación: día 9 de septiembre de 2016